

Sumário

Apresentação – Ministro Gilmar Mendes	13
Introdução	17
1. Teoria geral dos direitos fundamentais	21
1.1. Diretrizes teóricas e delimitação do tema.....	21
1.1.1. Perspectiva histórica: as gerações dos direitos fundamentais.....	21
1.1.2. Caracterização, conceito, funções e classificação dos direitos fundamentais.....	28
1.1.3. Teoria dos princípios constitucionais e alguns desdobramentos.....	35
1.2. Direitos fundamentais sociais na Constituição de 1988.....	47
1.2.1. A textura aberta dos direitos fundamentais e o entrenchamento dos direitos sociais.....	47
1.2.2. Complicadores para a subjetivação dos direitos a prestações.....	50
1.2.3. Critério material de justiciabilidade dos direitos prestacionais.....	55
2. A dignidade da pessoa humana	61
2.1. Conteúdo e significado da dignidade da pessoa humana.....	61
2.1.1. Notas sobre a dignidade da pessoa humana na filosofia ocidental.....	62
2.1.2. A dignidade da pessoa humana na perspectiva jurídica.....	76
2.1.3. Conceito jurídico de dignidade da pessoa humana.....	86
2.2. A dignidade da pessoa humana na ordem jurídico-constitucional brasileira.....	87
2.2.1. A positivação da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988.....	87
2.2.2. Natureza jurídica da dignidade da pessoa humana.....	89
2.2.3. Dignidade da pessoa humana e mínimo existencial.....	93
3. O mínimo existencial	97
3.1. Fundamentação: por que garantir um mínimo existencial?.....	97
3.1.1. A contribuição da filosofia.....	97
3.1.2. A visão da comunidade jurídica.....	103
3.2. Conteúdo do mínimo existencial.....	110
3.2.1. Mínimo existencial, conteúdo essencial e <i>minimum core obligation</i>	111
3.2.2. Mínimo existencial e mínimo de sobrevivência.....	118
3.2.3. Parâmetros gerais para delimitação do conteúdo do mínimo existencial.....	120
3.2.4. Alguns conteúdos mínimos.....	129

4. Poder Judiciário e efetivação dos direitos sociais	141
4.1. A efetivação judicial dos direitos sociais: possibilidades e limites.....	142
4.1.1. Democracia e separação de Poderes: a supremacia da Constituição.....	142
4.1.2. O Poder Judiciário e a sociedade aberta de intérpretes da Constituição.....	150
4.1.3. Poder Judiciário e democracia: as margens da atuação judicial.....	156
4.2. A atuação das Cortes Constitucionais: Alemanha, África do Sul e Brasil.....	179
4.2.1. Tribunal Constitucional Federal da Alemanha.....	180
4.2.2. Corte Constitucional da África do Sul.....	182
4.2.3. Supremo Tribunal Federal.....	189
Considerações finais	199
Referências bibliográficas	205